

TRAJETÓRIA E DESAFIOS DO INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS (INRC)

ENTREVISTA COM ANTONIO ARANTES

SARA SANTOS MORAIS

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Brasília-DF, Brasil
Mestre em Antropologia Social pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é Técnica em Antropologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). E-mail: sarasmorais@gmail.com

RODRIGO MARTINS RAMASSOTE

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil
Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Técnico do Iphan. E-mail: ramassote@hotmail.com

ANTONIO ARANTES

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil
Graduou-se em ciências sociais pela Universidade de São Paulo. Mestre em antropologia social pela mesma universidade, sob a orientação de Eunice Ribeiro Durham, em 1967, com dissertação sobre o compadrio no Brasil rural. PhD. na Universidade de Cambridge (King's College), sob a orientação de Sir Edmund Leach. Um dos fundadores do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), instituição à qual está vinculado desde 1968. Foi presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (1983-1984), e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2004-2006). E-mail: arantes1@unicamp.br

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i20p221-260>

RECEBIDO

25/09/2015

APROVADO

26/11/2015

TRAJETÓRIA E DESAFIOS DO INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS (INRC): ENTREVISTA COM ANTONIO ARANTES

SARA SANTOS MORAIS, RODRIGO MARTINS RAMASSOTE E ANTONIO ARANTES

RESUMO

A entrevista realizada com Antonio Arantes aborda questões relevantes para a compreensão do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), o principal instrumento utilizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para a produção de conhecimento e gestão do patrimônio cultural imaterial. Coordenador de uma equipe multidisciplinar contratada pelo Iphan em 1999 para a formulação dessa metodologia, Arantes discorre sobre o percurso inicial desse processo e alguns desdobramentos posteriores. O resultado é um retrato adensado das questões logísticas, das decisões teórico-metodológicas e dos debates que permearam a criação e implantação desse instrumento de investigação e, indiretamente, as políticas de patrimônio imaterial implantadas no Brasil. O entrevistado reflete também sobre a necessidade de se proceder a possíveis revisões dessa metodologia frente aos resultados acumulados ao longo de 15 anos de sua aplicação.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio cultural imaterial. Inventário Nacional do Patrimônio Imaterial. Políticas culturais. Métodos e técnicas de pesquisa.

THE INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS (INRC), ITS COURSE AND ITS CHALLENGES: AN INTERVIEW WITH ANTONIO ARANTES

SARA SANTOS MORAIS, RODRIGO MARTINS RAMASSOTE E ANTONIO ARANTES

ABSTRACT

This interview addresses issues that help understand the procedures adopted by Iphan, the Brazilian national institute of historic and artistic heritage, in identifying the country's intangible cultural heritage. The INRC, as this methodology is presently known in Brazil and abroad, was designed in 1998/1999 by a research team directed by Arantes and it has been implemented in many localities since then. The dialogue with our interviewee offers an in-depth look at the working process that led to the creation of this investigative tool, it also includes reflections on theoretical and methodological issues, and the practical challenges faced during its creation. From his perspective, it is time for a critical evaluation of the experience accumulated over the last 15 years and update the current methods.

KEYWORDS

Intangible cultural heritage. National Inventory of Cultural References. Cultural policies. Research methods and techniques.

Esta entrevista foi realizada em janeiro de 2015, em São Paulo, na residência do antropólogo Antonio Augusto Arantes Neto. Sua motivação original foi o interesse dos entrevistadores, na condição de técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pesquisadores do assunto, em aprofundar a reflexão e estimular as discussões sobre um poderoso instrumento de identificação, levantamento, descrição e sistematização de referências e bens culturais – “um inventário de cultura” – em uso desde o ano de 2000: o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). O texto que resultou desse encontro superou nossas preocupações iniciais. Ele aborda diversos temas e assuntos que se entrecruzam e se complementam, tais como as dimensões relevantes das políticas de patrimônio cultural no Brasil, os pressupostos teórico-metodológicos, assim como a natureza e o alcance não só dos inventários na preservação do patrimônio imaterial mas, de modo mais amplo, dos modelos utilizados para a sistematização de informações etnográficas no domínio das ciências sociais. Ele trata, também, das políticas que vêm sendo implementadas desde a publicação do Decreto 3.551/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI).

Desde sua criação, o Iphan desenvolveu experiências e criou dispositivos legais, instrumentos jurídicos e marcos regulatórios que ampararam a proteção

e valorização do patrimônio cultural de natureza intangível¹. Restava, contudo, avançar para a construção de uma metodologia que fosse sensível à natureza singular desse objeto, tanto para apreender os sentidos e significados atribuídos por grupos sociais às práticas de interesse patrimonial, quanto para permitir a sistematização e comparação de resultados de levantamentos realizados em diversas localidades do país para fins de elaboração de políticas nacionais.

Somente em 1999, com a contratação de uma equipe de pesquisadores coordenada por Antonio Arantes, professor do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e com extenso currículo e experiência profissional na área, deu-se início à elaboração de um instrumento de pesquisa e gestão que pudesse subsidiar informações sistematizadas e comparáveis para a promoção de políticas públicas. Ao longo daquele ano, ocorreu um produtivo processo de trabalho e reflexão, envolvendo técnicos do Iphan e pesquisadores contratados, situação que permitiu burilar algumas categorias, noções e entendimentos, bem como idealizar o formato de fichas adotadas pelo INRC². A construção dessa metodologia ocorreu em campo, através de projeto-piloto realizado na área do Museu Aberto do Descobrimento (MADE)³, e que abrangeu a população de sete localidades dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, no estado da Bahia.

Nesta entrevista, Antonio Arantes reflete sobre os antecedentes da criação do INRC: os contatos iniciais, as primeiras providências, a dinâmica de

1. Referimo-nos, entre outros, à Campanha Nacional do Folclore, iniciada na segunda metade da década de 1940; à criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975; à adoção, pela Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, de uma concepção alargada de patrimônio cultural; às primeiras experiências com Inventário de Referências Culturais desenvolvidas pelo Departamento de Identificação e Documentação (DID) na cidade do Serro e em Diamantina; e ao Seminário Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção, realizado em Fortaleza, em 1997. Cf. Iphan, 2006a.

2. Composto das seguintes fichas, na sequência proposta para a montagem do relatório: F10 (Ficha de Identificação – Sítio), F11 (Ficha de Identificação – Localidade), com as respectivas FC1 (Ficha de Campo – Levantamento preliminar) e FC2 (Ficha de Campo – Registros sonoros e audiovisuais), seguidas das fichas A1 (Anexo1: Bibliografia), A2 (Anexo 2: Registros audiovisuais), A3 (Anexo 3: Bens culturais inventariados), A4 (Anexo 4: Contatos). Esse grupo é seguido dos instrumentos de identificação de bens culturais, a saber, Q20 (Questionário de Identificação – Celebrações) e F20 (Ficha de Identificação – Celebrações); Q30 (Questionário de Identificação – Edificações) e F30 (Ficha de Identificação – Edificações); Q40 (Questionário de Identificação – Formas de expressão) e F40 (Ficha de Identificação – Formas de expressão); Q50 (Questionário de Identificação – Lugares) e F50 (Ficha de Identificação – Lugares); Q60 (Questionário de Identificação – Ofícios e modos de fazer) e F60 (Ficha de Identificação – Ofícios e modos de fazer).

3. O Museu Aberto do Descobrimento (MADE) foi criado pelo Decreto Federal 1874, de 22 de abril de 1996. Abrange a área considerada “como território correspondente à primeira descrição do Brasil” (Art.18).

trabalho etc. Explica, na sequência, como ocorreu o projeto piloto. Discorre sobre aspectos teóricos e práticos relativos ao uso das fichas do INRC e discute a noção de referência cultural, utilizada originalmente pelo Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).

Em seguida, a conversa aprofunda questões de cunho metodológico, no sentido de compreender as diferenças entre as técnicas e procedimentos de pesquisa utilizados pelo INRC e os empregados na pesquisa antropológica convencional, especialmente em relação às técnicas e métodos etnográficos; ela aborda, ainda, o papel do antropólogo nos inventários; comenta-se, por fim, a realização de inventários de bens culturais imateriais em outros contextos/países, em particular em Moçambique. Ao final, discutem-se mudanças nos modos de usar o INRC desde a sua criação, há 15 anos, ao mesmo tempo em que se reflete sobre limitações, virtudes e possíveis revisões dessa metodologia. Foram inseridas, na edição desta entrevista, notas explicativas sobre pesquisadores e técnicos citados, além de outras informações contextuais, necessárias para a compreensão mais aprofundada dos assuntos abordados.

Pergunta

Nossa questão inicial refere-se ao período da concepção do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e à sua primeira aplicação, ocorrida no final da década de 1990. Na introdução ao Manual do INRC⁴, há indicações de como esse processo ocorreu. De igual maneira, em entrevistas⁵, o senhor comenta sobre o assunto, mas não é possível encontrar ainda um relato mais abrangente. De que forma essas atividades tiveram início? Quais foram as primeiras providências tomadas? Quem participou dessas primeiras iniciativas? Já havia, dentro do Iphan, um esboço de inventário?

Arantes

Vou tentar me lembrar, depois de tanto tempo... No final dos anos 1990, eu coordenava a linha de pesquisa “Espaço e poder” da área de Cultura e Política do Programa de Doutorado em Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. A maioria dos participantes dessa linha de

4. Cf. Iphan, 2000.

5. Cf. Arantes, 2008, 2009, 2012.

pesquisa⁶ realizavam estudos em torno de questões, não especificamente ‘de patrimônio’, mas que tangenciavam o tema. Alguns, entretanto, trabalhavam diretamente com o assunto. Nessa época, o grupo era formado por Rogério Proença Leite, que produziu uma tese sobre o centro histórico de Recife⁷; Silvana Rubino, que tinha feito mestrado comigo, sobre a formação do Iphan e nessa época desenvolvia uma importante reflexão sobre a trajetória da arquiteta Lina Bo Bardi⁸; Osmundo Pinho⁹, que trabalhava com identidades afrodescendentes em Salvador e buscava articular processos de formação/reconfiguração dessas identidades com aspectos da paisagem urbana de Salvador, mais especificamente na região do Pelourinho; Simone Frangella¹⁰, que trabalhava com moradores de rua em São Paulo, relacionando práticas de corpo e identidades com aspectos da experiência urbana, em São Paulo; e Marcelo Nahuz¹¹, que elaborava uma dissertação de mestrado sobre a espacialização de diferenças e desigualdades na Avenida Paulista, entendida como ‘paisagem de poder’, a partir do conceito desenvolvido por Sharon Zukin¹².

Neste mesmo período, realizei na Unicamp o simpósio ‘Cityscapes: espaço e poder nas grandes metrópoles’¹³. Reuni algumas conferências realizadas nesse evento e outros artigos na coletânea *O espaço da diferença*

6. Algumas questões teóricas tratadas no âmbito dessa linha de pesquisa são comentadas em Arantes, 2013.

7. Rogério Proença Leite é Professor Associado IV da Universidade Federal de Sergipe (UFS), onde coordena o Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais. É professor colaborador do mestrado em Patrimônio do Iphan (Rio de Janeiro) e do doutorado em Sociologia: Cidades e Culturas Urbanas, da Universidade de Coimbra. Cf. LEITE (2007).

8. Silvana Barbosa Rubino é professora do Departamento de História da Unicamp. Sua dissertação de mestrado, intitulada *As fachadas da história: as origens, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1936-1967*, foi defendida em 1993. Sua tese de doutorado, *Rotas da modernidade: trajetória, campo e história na atuação de Lina Bo Bardi, 1947-1968*, foi defendida em 2002.

9. Osmundo Santos de Araújo Pinho é professor adjunto no Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cf. PINHO (1996) e (2003).

10. Simone Mizziara Frangella realiza seu pós-doutorado com apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) no Instituto de Ciências Sociais (ICS) de Lisboa. Sua dissertação de mestrado, *Capitães do asfalto: a itinerância como construtora da sociabilidade de meninos e meninas de ‘rua’ em Campinas*, foi defendida em 1996. Em 2004 defendeu a tese *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Cf. Frangella, 2010.

11. A dissertação de Marcelo Nahuz, intitulada *Avenida Paulista: a produção contemporânea de uma paisagem de poder*, defendida em 1998, discute a Avenida Paulista, em São Paulo, como um espaço de centralidade onde se configuram tensões promovidas por movimentos territoriais produzidos em seus múltiplos espaços.

12. Cf. *Landscapes of power*, 1991, RPHAN, n. 24, 1996. e Arantes, 2000.

13. Unicamp/IFCH. 16 a 18 de dezembro de 1998, apoiado pelos projetos ‘Construindo a democracia: cidadania, nação e a experiência urbana contemporânea’, financiado pela Rockefeller Foundation, e ‘Identidades: reconfigurações de cultura e política’, financiado pelo programa Pronex da Finep.

(ARANTES, 2000). Esses projetos me levaram a Porto Seguro (BA), a partir de onde eu pretendia refletir sobre o que designei em algumas publicações como ‘paisagem de história’¹⁴. Foi nesse contexto que recebi o convite do Departamento de Identificação e Documentação (DID)¹⁵, através de Célia Corsino¹⁶, para elaborar uma metodologia que pudesse ser adotada pelo inventário do patrimônio imaterial, instrumento que contribuiria para a implementação do Decreto 3551/2000. Eu já tinha escrito algumas notas para o Grupo de Trabalho¹⁷ que vinha elaborando os princípios que norteariam essa nova linha de atuação do Iphan. Além disso, participei da reunião de Fortaleza, onde esses assuntos tinham sido amplamente discutidos¹⁸. E, finalmente, vinha colaborando desde 1998 com o Artesanato Solidário¹⁹, cujos projetos pioneiros tinham por objetivo desenvolver uma tecnologia social visando a salvaguarda do artesanato de tradição e a contribuir para a promoção do desenvolvimento

14. Arantes, 2000, 2010.

15. Em 2004, o Departamento de Identificação e Documentação (DID) deu lugar ao Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) e à Coordenação de Pesquisa e Documentação (COPEDOC), que está vinculada ao Departamento de Articulação e Fomento (DAF).

16. Museóloga e técnica do Iphan. Foi diretora do Departamento de Identificação e Documentação (DID) do IPHAN entre 1998 e 2002 e Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) de 2011 a 2015.

17. Após o “Encontro de Fortaleza”, o Ministro da Cultura instituiu, em março de 1998 (Portaria n. 37, de 4 de março de 1998), uma comissão com o objetivo de elaborar proposta visando a regulamentação para o acautelamento do patrimônio imaterial brasileiro. Nessa mesma portaria foi criado um Grupo de Trabalho para assessorar a comissão, formado pelos seguintes membros: Márcia Genésia de Sant’Anna (coordenadora), Célia Maria Corsino, Maria Cecília Londres Fonseca, Ana Maria Lopes Roland e Cláudia Márcia Ferreira – pouco tempo depois ingressaram no grupo Ana Cláudia Lima e Alves, Ana Gita de Oliveira e Sydney Sergio Fernandes Sollis. Em “cerca de dezessete meses, o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial – GTPI realizou, por solicitação da Comissão, vasta pesquisa sobre a experiência brasileira e sobre as recomendações, experiências e legislações internacionais que dispõem sobre o assunto” (IPHAN, 2006a, p. 16).

18. “Em novembro de 1997, retomando, portanto, uma discussão histórica, o Iphan promoveu em Fortaleza um seminário internacional com o objetivo de discutir estratégias e formas de proteção ao patrimônio imaterial. No evento foram apresentadas e discutidas experiências brasileiras e internacionais de resgate e valorização da cultura tradicional e popular. Além disso, foram discutidas a ação institucional neste campo, os instrumentos legais e medidas administrativas que podem ser propostos para sua preservação e, especialmente, o conceito de ‘bem cultural de natureza imaterial’. Realizado pela [então] 4ª Superintendência Regional, com o apoio de diversas entidades locais, o seminário produziu como documento final a Carta de Fortaleza, que recomendou o aprofundamento da discussão sobre o conceito de patrimônio imaterial e o desenvolvimento de estudos para a criação de instrumento legal instituindo o ‘registro’ como seu principal modo de preservação” (IPHAN, 2006a, p. 16).

19. Segundo o site da ARTESOL – Artesanato Solidário, a “ArteSol foi precursora na criação de uma metodologia de apoio à salvaguarda e desenvolvimento do artesanato de tradição cultural. Essa metodologia foi aplicada em mais de 100 projetos e se transformou numa tecnologia social, hoje em dia utilizada por diversas organizações e profissionais da área.”. Fonte: <http://www.artesol.org.br/site/>. Acesso em 21/06/2015.

social.²⁰ Portanto, vinha acompanhando há algum tempo o desenvolvimento desse assunto.

Aliás, de fato, participei de um dos primeiros inventários promovidos pelo Iphan, por meio do então Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).²¹ Refiro-me ao Projeto de Levantamento Ecológico e Cultural da região das Lagoas Mundaú e Manguaba (PLEC), em Maceió (AL)²², quando eu estava terminando o doutorado²³. O projeto foi desenvolvido em uma região afetada pelas atividades da empresa Salgema Indústrias Químicas Ltda., que causavam sérios impactos ambientais, com graves consequências para a saúde da população residente. O CNRC pretendia construir um sistema lógico²⁴ capaz de articular informações sobre as referências culturais brasileiras,²⁵ em sintonia com as preocupações de Aloisio Magalhães.²⁶ Com total desconhecimento desse problema, fomos para

20. Esta experiência foi proposta pelo Iphan em 2015 para o Registro de Boas Práticas criado pela Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural intangível (UNESCO, 2003).

21. Criado em junho de 1975 a partir de discussões de um pequeno grupo envolvendo funcionários do alto escalão do governo federal e do Distrito Federal, ao qual se juntaram alguns professores da UnB, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), sob a coordenação de Aloisio Magalhães, promoveu ou apoiou, com base em uma metodologia de levantamentos e mapeamentos ancorada na noção de “referência cultural”, uma série de projetos interdisciplinares distribuídos em quatro grandes categorias: Artesanato, Levantamentos Socioculturais, História da Tecnologia e das Ciências no Brasil, Levantamentos de Documentação sobre o Brasil. Cf. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. (1980).

22. Conforme informações em documento depositado no Arquivo Central do Iphan, seção Brasília: “O projeto, que se realizou de agosto a dezembro de 1976, procurou coletar subsídios para a avaliação dos efeitos da instalação do polo cloro-químico de Maceió sobre a ecologia, cultura e qualidade de vida das populações locais. Sua realização, por uma equipe local, contou com o apoio de assessores do CNRC, USP e Unicamp, e com os recursos do CNRC, da Seplan-AL e da Sudene. O trabalho constou da documentação das condições ecológicas atuais e da determinação de inventários bióticos. Do ponto de vista sociocultural, foram levantados dados estatísticos sobre as populações da região e obtidos testemunhos de habitantes da vila de Pontal da Barra, onde se encontra instalada a comunidade mais próxima ao complexo básico de polo” (Projeto Cultura e Desenvolvimento do Fundo CNRC – Relatório Técnico de Atividades – 10, s/p, contido na Caixa 01, da classificação 1300.0004).

23. A tese de doutorado (ARANTES, 1982a) foi defendida em 1978, no King’s College, University of Cambridge, sob a orientação do antropólogo inglês Sir Edmund Leach.

24. Projeto dirigido por Fausto Alvim Júnior, coordenador da área de Sistemas e Ciências Exatas do CNRC. Alvim era Ph.D. em Matemática pela Universidade de Londres e professor adjunto da Universidade de Brasília.

25. Como sua principal finalidade, o CNRC almejava delinear “o traçado de um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira. Considerando-se a amplitude e a diversidade da fenomenologia encontrada no universo da cultura nacional, o esboço de um sistema referencial – de uma metodologia descritiva e analítica – se afigura tarefa mais viável, fértil e prioritária do que a mera coleção de descrições e análises particulares. Na consecução desse objetivo, todavia, pelo menos dois gêneros de problemas logo se apresentam, de forma estreitamente inter-relacionada: os problemas relativos à seleção dos fatos e aqueles relativos à construção de modelos para a apreciação desses mesmos fatos” (*Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*, 1980, p. 43).

26. Aloisio Sergio Barbosa de Magalhães (Recife, Pernambuco, 1927 – Pádua, Itália, 1982) foi pintor,

Maceió com o objetivo de registrar o modo de vida dos pescadores e rendeiras de modo a contribuir para a construção de uma metodologia de referenciamento da cultura nacional nos moldes preconizados pelo CNRC.

O desafio que se colocou de imediato dizia respeito a como equacionar, ética e metodologicamente, nossa tarefa com a situação de conflito encontrada em campo. Estávamos no final da década de 1970, ainda em plena ditadura militar. O contraste entre a preocupação do órgão de cultura em conhecer e administrar o patrimônio cultural dessa população e suas péssimas condições de vida foi flagrante. Isso fez com que optássemos, naquele momento, por fazer um relatório, por assim dizer, sem metodologia.²⁷ Isto

designer, gravador, cenógrafo, figurinista, professor e funcionário público. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, obteve bolsas do governo francês e norte-americano para se aperfeiçoar nas áreas de museus e artes gráficas. Em 1960, retorna ao Brasil e abre um escritório voltado à comunicação visual e ao desenho industrial, realizando projetos para empresas privadas e órgãos públicos. Com o prestígio amealhado junto a figuras de destaque do alto escalão do governo federal, é nomeado, em 1975, coordenador-geral do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Em 1979, torna-se diretor do Iphan e, no ano seguinte, presidente da Fundação Pró-Memória. Cf. Fonseca (2005) e Magalhães (1985).

27. No primeiro volume do relatório final do projeto, seção de Metodologia, lê-se: “Os trabalhos se desenvolveram de acordo com os seguintes itens: 1. Levantamento preliminar das características socioeconômicas e culturais dos núcleos de povoamento da área. Procuramos, inicialmente, traçar os limites sociais da área, definidos como sendo o espaço recoberto pelas redes de relações de que participam os moradores de (1) áreas de Maceió, (2) das cidades de Coqueiro Seco, Marechal Deodoro, Santa Luzia do Norte, Satuba e Pilar, bem como (3) dos núcleos populacionais dispersos desses municípios [...] Como resultados dos trabalhos desta primeira fase, pretendíamos constituir uma amostra de núcleos de povoadamentos e de atividades a serem estudados, em profundidade, na fase subsequente de pesquisa. Entretanto, após os primeiros trabalhos de campo na área, verificamos a impossibilidade de levarmos a bom termo a proposta descrita anteriormente, face à complexidade encontrada e consideradas as limitações de tempo e pessoal (a equipe ficou desfalcada de sociólogos e economistas). Assim, resolvemos limitarmo-nos a traçar um quadro estatístico da microrregião de Maceió, com o objetivo de situar os contornos socioeconômicos da área em questão. O material base utilizado foi o conjunto de informações censitárias existentes, no qual realizamos uma triagem para selecionar os dados de maior confiabilidade e relevância [...] Com base nas informações obtidas, a partir do trabalho de campo realizado nas comunidades de Pontal da Barra, Satuba, Santa Luzia do Norte e parte da Ilha de Santa Rita, resolvemos escolher, para estudo de caso, o Pontal da Barra, localizado na restinga de Maceió, e Barra Nova, situada na parte leste da Ilha de Santa Rita [...] Utilizamos, nesta fase, três modos de registro: verbal (escrito), visual (fotográfico) e sonoro (fita magnética). O pressuposto teórico desse levantamento é o de se ver o fato social como um fenômeno ‘total’. A técnica de observação adotada foi, basicamente, a de ‘observação participante’. Em alguns casos foram feitas entrevistas com roteiro, embora não muito rígidos” [...] Os depoimentos de moradores das comunidades em estudo de caso, Pontal da Barra e Barra Nova, representam uma parte substancial do levantamento cultural. Durante a execução deste trabalho, a importância dos depoimentos aumentava na medida em que se revelavam de uma enorme lucidez e compreensão dos processos de transformação social de que vêm participando em suas comunidades. Assim, com base nesta experiência, obtida no trabalho de campo junto aos moradores das comunidades citadas anteriormente, resolvemos que a melhor forma de apresentar os resultados obtidos através das diversas formas de registro (escrito, sonoro e visual), seria uma montagem, cujo roteiro foi inspirado por alguns depoimentos. (Projeto de Levantamento

é, trabalhamos com entrevistas abertas, fizemos pouquíssima interpretação e tentamos, o mais possível, transcrever depoimentos das pessoas cujas condições de vida eram afetadas por esse empreendimento. Montamos um texto a muitas vozes, uma colagem de depoimentos e fotografias.²⁸ Foi um trabalho de denúncia bastante rico em informações, com bom suporte fotográfico. Não se tratava simplesmente de dar voz aos entrevistados. Tínhamos consciência de que, enquanto pesquisadores, participávamos ativamente da construção dessas informações, enquadrando a realidade através de perguntas pré-elaboradas e extensamente debatidas entre nós. Mas a situação era por si só tão dramática que decidimos simplesmente ampliar aspectos de nossa observação e montar uma narrativa que deixasse claro que não bastava identificar e documentar fragmentos dessa cultura. Era urgente garantir a viabilidade desses modos de vida, salvaguardando as referências culturais da população e, ao mesmo tempo, protegendo o ambiente em que elas eram praticadas e se desenvolviam! Um relatório escrito com muita emoção, sobre uma experiência que ainda provoca indignação.

Essa experiência em campo foi muito diversa da que vivenciamos na construção da metodologia do INRC. Este foi outro momento, outro contexto, que demandou outra abordagem. Mas a experiência anterior estava lá, quando iniciamos os trabalhos na Costa do Descobrimento. Foi uma experiência extremamente relevante para a criação do INRC. Fiz outros trabalhos para o Iphan antes do INRC. Tive bastante contato com técnicos dessa instituição durante a Assembleia Nacional Constituinte, em que atuei como representante da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)²⁹ na elaboração do capítulo sobre cultura, em especial na redação dos artigos 215 e 216.³⁰

Houve outro antecedente importante. Em 2000, ano da comemoração

Ecológico e Cultural da Região das Lagoas Mundaú e Manguaba, 1977, p. 29-35).

28. Fizeram parte da equipe do consultor Antonio A. Arantes, responsável pelo levantamento cultural, os pesquisadores Eduardo Bonfim Gomes Ribeiro, Eugênia Álvaro Moreira Afonso e Maria Hortência Borges Sampaio, e os fotógrafos Rita Toledo e Valdir Afonso.

29. Antonio Augusto Arantes presidiu a Associação Brasileira de Antropologia na gestão de 1988 a 1990. Sua participação na Constituinte está registrada em depoimento publicado em “Entrevista com Antonio A. Arantes: ‘quem fala, não é apenas porta-voz, mas intérprete’”. Cf. Arantes e Campos, 2014.

30. Participaram dessas ações Ana Cláudia Lima e Alves, Ana Gita de Oliveira, Maria Cecília Londres Fonseca e Carolina Abreu, que haviam trabalhado no CNRC, e parlamentares como Octávio Elísio e Florestan Fernandes.

dos 500 anos do descobrimento, havia uma proposta, completamente esdrúxula, de construção de um museu em Coroa Vermelha (BA).³¹ Participei de uma reunião, não me lembro se audiência pública, em Porto Seguro, e fui um dos que insurgiram contra esse absurdo. Acabei me envolvendo, eu e outros antropólogos – principalmente colegas da ANAI³², que vinham trabalhando há bastante tempo com os Pataxó – na elaboração de um estudo de impacto ambiental sobre esse projeto, denominado Projeto do Memorial do Encontro. Esses estudos,³³ que tiveram o patrocínio da Comissão do V Centenário, mostram o absurdo que seria construir um museu com as características pretendidas naquele local, um empreendimento que feria frontalmente as referências culturais e os interesses da população indígena de Coroa Vermelha.

Exatamente nesse contexto, Célia Corsino me procurou propondo que colaborasse com o Iphan na construção de uma metodologia de inventário para a identificação das referências culturais brasileiras. Como o assunto cabia no contexto de pesquisa que vínhamos desenvolvendo na Unicamp, eu tinha notória especialização e a possibilidade de formar uma equipe qualificada, com estudantes e colegas de outros departamentos da Universidade, considerei que o trabalho seria viável, além de honrosa a missão de contribuir para a implementação do Decreto 3551, que decorria de tantas lutas em que tinha me envolvido anteriormente, conforme relatei. Foi dessa forma que o projeto começou. A primeira providência foi ouvir o Iphan. Ana Cláudia, Ana Gita, Carol Abreu, Isolda H. de Melo, era esse o grupo que acompanhava diretamente esse projeto. Fizemos várias reuniões para compreender a demanda da instituição, o que se pretendia alcançar com a metodologia solicitada, qual era a experiência por ela acumulada e de que forma se realizariam esses levantamentos em mais longo prazo. Informaram-nos sobre alguns mapeamentos já realizados pelo Iphan, tomei conhecimento de

31. Tendo em vista o potencial turístico da região e aproveitando o seu contexto histórico e simbolismo, em 1994 o governo baiano resolveu apropriar-se das comemorações do quinto centenário do Brasil e remover construções irregulares para garantir a presença indígena no conhecido projeto Museu Aberto do Descobrimento (MADE), que seria concretizado pelo “Memorial do Encontro” em Coroa Vermelha (Rego, 2012). Em 1998, o Ministério da Cultura (MinC) autorizou a construção de um conjunto edificado em Coroa Vermelha, região habitada por índios Pataxó. A repercussão negativa da implementação da obra, mobilizando intelectuais, ativistas, indígenas etc., impediu a concretização do projeto original, e o conjunto edificado destinado à construção de um museu que celebrasse o descobrimento do Brasil foi embargado pelo poder público.

32. ANAI – Associação Nacional de Ação Indigenista.

33. *Estudo de impacto ambiental do Memorial do Encontro. Simbios – consultoria e projetos*. 3 volumes. 1998.

formulários que tinham sido utilizados em várias oportunidades, esboços de instrumentos que, segundo nossas interlocutoras, talvez pudessem ser adaptados para os levantamentos pretendidos.

Pergunta

Essa era uma questão que nós nos colocávamos, pois o Iphan já utilizava alguns tipos de inventários – Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI), Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos (INBI-SU). Nossa inquietação era se esses modelos de inventários estariam na raiz do INRC, ou seja, se o INRC teria se inspirado.

Arantes

Pois é. Procuramos partir dessa experiência acumulada, mas isso não ocorreu. A arquiteta Isolda nos apresentou instrumentos de inventário utilizados naquela época e que, se bem me lembro, tinham sido aplicados em Goiás Velho. Esses formulários continham perguntas relativas a características demográficas da população residente em sítios inventariados e aos seus modos de vida. Mas eles não respondiam às questões decorrentes do Decreto 3551. Para integrar levantamentos relativos ao patrimônio material e imaterial não bastava simplesmente agregar informações de natureza sociocultural aos instrumentos de inventário arquitetônico e urbanístico existentes. Era necessário criar outros e, particularmente, passar a trabalhar com o conceito de ‘lugar’, que articula as dimensões tangível e intangível dos sítios protegidos. Sempre defendi que as políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial deveriam contemplar o conceito de ‘lugar’, na verdade, até mesmo antes da aprovação do Decreto 3551. Isso porque ele é estratégico, tanto do ponto de vista da estruturação de algumas práticas sociais, quanto no que diz respeito à articulação dessas práticas, ou conjuntos de práticas, com o espaço urbano ou natural onde ocorrem; muitas vezes, até com determinados monumentos, tais como igrejas e terreiros. A Copedoc tinha feito algumas tentativas nesse sentido, mas nada que pudesse servir de base ao que se pretendia. Na verdade, essas tentativas denotavam uma preocupação dos técnicos do Iphan em avançar nessa direção. Minha ênfase no conceito de lugar e a inclusão do valor social ou simbólico das edificações entre as referências culturais a serem inventariadas em levantamentos sobre

patrimônio cultural *intangível* – que poderia parecer descabida – respondia a esse interesse emergente e, no meu entender, poderia conduzir à construção das necessárias mediações entre essas duas modalidades de patrimônio.

Na experiência do DID ou do Iphan, não havia instrumentos que permitissem a elaboração de um inventário dessa natureza. Quer dizer, os técnicos tinham perguntas a serem respondidas, assuntos que gostariam de conhecer, mas não dispunham de conhecimentos técnicos que permitissem planejar pesquisas, construir roteiros de entrevista ou questionários, sistematizar resultados que pudessem subsidiar programas e políticas nessa nova área de atuação. Não havia elementos ou critérios de comparação que permitissem comparar essas realidades e priorizar demandas, considerando o país como um todo. Mas havia, por outro lado, o desejo de construir um conhecimento abrangente sobre a realidade cultural brasileira, talvez herança dos tempos de Aloisio, como sugeri anteriormente; de construir uma grande base de dados em que se pudesse agrupar e sistematizar informações sobre a diversidade cultural do país. Realizar o inventário das referências culturais dos grupos formadores de uma nação, como propõe a Constituição Federal, é, a rigor, uma missão impossível, pois não há grupos fixos, as referências são dinâmicas e fluidas. Entretanto, essa demanda decorrente da legislação tem uma história, a sua lógica, uma razão de ser. Sua abrangência nacional decorre da missão da instituição, que é de âmbito nacional. Além disso, havia uma experiência acumulada pelos gestores do patrimônio a partir da proteção de bens tangíveis, móveis e principalmente imóveis, na qual o inventário tem sido um dos principais instrumentos de planejamento. Mesmo a Convenção da Unesco de 2003³⁴ adota esse procedimento como ponto de partida para a sua implementação.

Diante desses desafios, fiz uma proposta, valendo-me da pesquisa que já havia iniciado na região da Costa do Descobrimento. A possibilidade de apresentar uma proposta que atendesse às demandas do Decreto 3551, a partir da experiência acumulada por nós em Porto Seguro, era um desafio intelectualmente estimulante. Foi essa a razão porque Porto Seguro entrou na história do INRC. Não pela celebração do Quinto Centenário *per se*, mas pelo fato de já estarmos pesquisando nessa região e a conhecermos

34. Convenção da Unesco de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial.

razoavelmente. Este fato tornaria viável realizar o projeto no prazo desejado e com os limitados recursos financeiros disponíveis.

Peço desculpas pela longa digressão, mas os antecedentes são importantes porque, por vezes, há certa incompreensão a respeito da autoria de relatórios de consultoria, sobre aspectos criativos do trabalho intelectual envolvido e a responsabilidade técnica e ética de quem os assina. É bom deixar isso bem claro. Os técnicos do DID colaboraram para a criação dessa metodologia com sua experiência enquanto gestores da área, não enquanto pesquisadores. Eles forneceram parâmetros derivados de suas expectativas e necessidades; mas a construção de um instrumento que pudesse ser aplicado nacionalmente e que permitisse elaborar algum tipo de síntese dos resultados obtidos em campo, isso foi feito pela a equipe montada pela empresa de consultoria Andrade e Arantes – Consultoria e Projetos Culturais. A metodologia do INRC foi construída em campo, graças à experiência, persistência e competência de um grupo de pesquisadores especialmente selecionados. Compus uma equipe heterogênea do ponto de vista de formação, que incluía de estudantes de doutorado a estudantes de graduação em Ciências Sociais.

Pergunta

O senhor, ao ser contatado por e-mail, comentou sobre o envolvimento de professores e alunos da Unicamp.

Arantes

A psicóloga social e coreógrafa Marília de Andrade³⁵, professora do Departamento de Artes Corporais do Instituto de Artes e minha parceira no escritório de consultoria contratado para desenvolver esse projeto, participou de diversos estágios do trabalho, desde a sua concepção, planejamento até o desenvolvimento de ações em campo e sistematização de resultados. Convidei também o doutorando de sociologia Álvaro D'Antona³⁶, que foi o principal assistente técnico do projeto e o então mestrando de antropologia

35. Graduada em Psicologia pela Universidade de São Paulo e pela PUC-Rio. Ph.D. em Psicologia Social pela Columbia University (1974), então docente e pesquisadora artista do Instituto de Artes da Unicamp.

36. Graduado em Economia pela Unicamp. Doutor em Ciências Sociais pela mesma instituição (2003). Atualmente professor da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA-Unicamp) e do Programa de Pós-graduação de Demografia (IFCH-Unicamp).

Pedro Okabayashi, que coordenou os trabalhos em campo. Álvaro tinha grande experiência em pesquisa sociológica, em especial em demografia; além disso, conhecia muito bem os procedimentos de criação e operação de banco de dados, que seria um instrumento importante para responder às demandas do Iphan.

Antes do trabalho mais abrangente, realizado nas diversas localidades do Museu Aberto do Descobrimento, onde desenvolveríamos o projeto piloto para a construção da metodologia do INRC, fizemos – Álvaro e eu – alguns experimentos preliminares em Trancoso. Esse trabalho envolveu moradores dessa vila, assim como estudantes e professores de primeiro e segundo graus. Nessa ocasião, delineamos alguns parâmetros conceituais e operacionais que adotaríamos no projeto, e tomamos decisões importantes para o desenvolvimento desses trabalhos. Entre eles, decidimos que a metodologia não deveria ser construída previamente e, em seguida, testada em campo, mas sim a partir do enfrentamento de questões que efetivamente se colocassem na interação dos pesquisadores com a população local; e também que a equipe nuclear do projeto, formada por pesquisadores universitários, deveria incorporar progressivamente colaboradores locais, à medida que os trabalhos fossem avançando e se tornasse claro quando, como e por quê envolvê-los.

Em uma segunda etapa do projeto, fizemos a transposição da experiência de Trancoso para as localidades de Caraíva, Vale Verde, Arraial d'Ajuda, Porto Seguro, Cabrália e para os diversos assentamentos Pataxó. Em um primeiro momento a cidade de Belmonte também foi incluída mas, no final, decidimos nos limitar à área delimitada pelo Decreto 1874/96, então designada como Museu Aberto do Descobrimento. Nessa etapa, o trabalho passou a contar também com a colaboração das pesquisadoras Daniela Kuperman (Unicamp) e Fernanda Lara Rezende (UFMG). Fernanda foi incumbida de algumas entrevistas e principalmente da articulação do nosso levantamento com o inventário arquitetônico de localidades da região que coincidentemente vinha sendo realizado por estudantes de arquitetura da UFMG, orientados pelo professor Frederico Toffani. Além delas, integraram-se ao grupo Manuel da Conceição Vieira, filho de uma das famílias antigas de Trancoso, e a fotógrafa Junia Mehluns, também residente nessa localidade, pessoas de grande sensibilidade para os assuntos pesquisados. Por razões de ordem prática, a equipe ficou sediada em Trancoso, a partir de onde pesquisadores e pesquisadoras

se deslocavam diariamente para as demais localidades.

Pergunta

Nesse momento, então, ainda não havia as fichas, a pesquisa.

Arantes

Não havia nada. Começamos com um plano estratégico geral, de como os trabalhos seriam desenvolvidos, e esboços de roteiros de entrevista que procuravam responder às demandas dos técnicos do Iphan, sobretudo em relação à finalidade do levantamento. A abrangência, profundidade e extensão das informações a serem produzidas foram sendo definidas ao longo do processo de trabalho, com a participação dos técnicos do Iphan. Era óbvio, de saída, que não se tratava de uma pesquisa etnográfica convencional, mas de um levantamento que se inspirava no método etnográfico e tinha a finalidade de orientar, ou subsidiar, a ação prática de um órgão gestor do patrimônio em localidades específicas.

Tínhamos grandes tópicos como ponto de partida que foram sendo desdobrados numa sequência de indicações para observação e registro. Marília de Andrade havia trabalhado extensamente com metodologia de pesquisa, tanto na realização de seu doutorado na Universidade de Columbia, como pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e na Universidade de São Carlos (UFSCar), onde lecionou justamente esse assunto. Seus conhecimentos contribuíram para a idealização de um instrumento que é, de certa forma, híbrido. A metodologia do INRC propõe uma abordagem de natureza etnográfica de temas recorrentes em diversas regiões, mas que adota enquadramentos padronizados a fim de possibilitar a construção de resultados comparáveis. O equilíbrio entre uma relativa flexibilidade do instrumento de observação – em termos das especificidades das realidades locais – e a possibilidade de produzir resultados comparáveis é um requisito necessário dessa metodologia, uma vez que ela deve ser aplicável a populações muito distintas, vivendo nas diversas regiões do país.

Assim, a demanda do Iphan foi inicialmente detalhada em Trancoso, a partir de observações realizadas por toda a equipe, trabalhando literalmente dia e noite. Os pesquisadores trabalhavam aos pares; passavam os dias em campo e à noite fazíamos reuniões para refletir sobre a experiência

de cada um, para rever os registros em foto, áudio ou vídeo, discutir as anotações feitas em diários de campo etc. Foi um trabalho muito intenso. Foi por meio dessas discussões com a equipe, dessas avaliações que fazíamos diariamente com Marília, Simone, Álvaro, Pedro, Marcelo e Daniela, e mais tarde Fernanda, Júnia e Manuel, além dos ajustes de conteúdo graças a conversas e esclarecimentos de diversos moradores, que os formulários progressivamente ganharam a forma que possuem hoje.

Periodicamente, tínhamos reuniões com os técnicos do Iphan que faziam o acompanhamento do trabalho, os já mencionados e a arquiteta Cássia Boaventura, então chefe do escritório técnico de Porto Seguro e um baluarte da preservação nessa região. Discutíamos com eles os resultados parciais do projeto e procedíamos aos ajustes que fossem necessários, viáveis e pertinentes.

Levantamentos etnográficos implicam em enquadramento, segmentação, escolha, exclusão. É ilusão imaginar que uma abordagem desse tipo possa ser – a rigor – exaustiva; que seja possível saber tudo sobre as referências culturais da população do país inteiro, como às vezes queriam sugerir os técnicos do Iphan em nossas reuniões, ao demandarem ampliação no enquadramento dos temas ou aprofundamento das observações. Como lidar com o que é excluído nesses levantamentos? Essa era uma grande dificuldade. Dessas negociações entre o desejo de conhecer o máximo possível sobre a realidade em relação à qual o Iphan deveria desenvolver ações de salvaguarda – ainda não estando claro que ações seriam estas – e os limites próprios de um instrumento de observação que pudesse ser utilizado em todo o país, é que resultou a proposta metodológica para o INRC.³⁷ Mas tenho a impressão de que – pelo que soube por intermédio de pessoas que têm utilizado essa metodologia – o trabalho está sendo divulgado ou transmitido de modo incompleto.³⁸ Porque o Manual de Inventário não pode ser dissociado do volume em que se apresentam os resultados do projeto piloto. Esses resultados nunca foram publicados. Muitas questões que se colocavam – e ainda se colocam – no cotidiano

37. A estrutura do INRC é apresentada resumidamente em Arantes (2001).

38. O Manual do INRC é divulgado em apostilas impressas e em treinamentos às equipes de pesquisa contratadas pelo Iphan para realizarem pesquisas com a metodologia do Inventário. O material de Porto Seguro nunca foi impresso. Seu conteúdo pode ser encontrado no Arquivo Central do Iphan, seção Brasília.

da atividade de pesquisa foram, digamos assim, equacionadas na prática, na preparação do relatório do projeto piloto. Questões do tipo: como se constrói discursivamente uma prática para fins desse tipo de levantamento? Como articular, no texto etnográfico, as diversas vozes e os vários atores envolvidos em determinada situação, sem homogeneizar seus pontos de vista não raramente discordantes?

Não faria sentido, em um projeto desta natureza, redigir um manual de etnografia. Não era esse o caso. Preferimos preparar os formulários com instruções de preenchimento que fossem tão claras quanto possível, e – eis o outro lado da moeda – oferecer exemplos concretos de casos selecionados entre os observados na pesquisa piloto e que dialogam com esse Manual e ilustram o seu ‘modo de usar’. Além disso, fizemos a recomendação de que levantamentos futuros fossem coordenados por pesquisadores experientes, que pudessem articular o roteiro abstrato oferecido pelas fichas e as dificuldades reais que se tem, obviamente, ao preenchê-las. Penso que o relatório do projeto piloto esclarece muito a esse respeito.

Pergunta

Nunca vimos este trabalho.

Arantes

São três volumes, totalizando cerca de mil páginas, acompanhados de um CD com imagens e outro com todos os formulários preenchidos, anexos e um banco de dados. Ao todo, são quatro volumes. Um de metodologia e três do piloto. *Inventário Nacional de Referências Culturais: metodologia*, esse é o título do volume de metodologia. E o título do relatório do projeto piloto é *Inventário de Referências Culturais do Museu Aberto do Descobrimento*, este composto de três volumes em versão impressa e digital, acompanhados de banco de dados, com gravações e imagens. Esse banco de dados foi pensado como um instrumento no qual pudessem ser acumulados os resultados dos vários levantamentos que viessem a ser realizados com base nessa proposta metodológica. Montamos uma proposta em Access, adotando um padrão de numeração para os sítios inventariados e para os formulários que permitisse integrar, em um mesmo sistema, informações provenientes de diversos levantamentos, e idealizamos para o banco de

dados uma estrutura que espelhasse esses formulários.

Pergunta

A respeito da obtenção de dados comparáveis, quais são os termos de comparação? Que elementos podem ser comparados: indicadores socioculturais, situações concretas, manifestações culturais afins, temas recorrentes, como o senhor afirmou anteriormente?

Arantes

Refiro-me às variáveis adotadas para descrever determinado tipo de evento ou realidade, e que estão refletidas nos diversos campos dos formulários. No caso da ficha de identificação do sítio, por exemplo, esses aspectos padronizados incluem, entre outros, a formação histórica da localidade, o perfil socioeconômico da população, os instrumentos de proteção e planejamento ambiental e patrimonial vigentes, e assim por diante. Nas criadas para o registro das referências culturais, há aspectos comuns aos diversos domínios temáticos definidos pelos Livros de Registro adotados pelo Iphan, e outros aspectos específicos a cada um deles. A ideia é que objetos da mesma natureza (sítios, localidades, edificações, lugares, celebrações, formas de expressão, ofícios e modos de fazer) fossem descritos e documentados segundo padrões gerais predefinidos. São esses padrões gerais, estruturantes das fichas de campo e de identificação – independentemente de sua localização ou natureza – que permitem a comparação. Os registros, ou as ‘fichas’, devem ser comparáveis na sua estrutura e compatíveis na extensão e profundidade das informações. Essa relativa uniformização, apesar de simplificadora, nos pareceu necessária para subsidiar adequadamente decisões relativas às ações e programas de salvaguarda que viessem a ser desenvolvidos pela instituição inventariante, fosse o Iphan ou futuros parceiros. Ela não ressalta apenas semelhanças, mas também, e sobretudo, diferenças entre práticas e conhecimentos de um mesmo tipo, que podem vir a ser essenciais para a definição de prioridades e outras estratégias usualmente adotadas na implementação de políticas públicas.

Pergunta

Gostaríamos de focar a questão da noção de referência cultural. Central

nos inventários, ela foi originalmente concebida no âmbito do CNRC. Ao ser retomada na formulação do INRC, a noção sofre algum tipo de modificação em função desse novo projeto?

Arantes

Um projeto que deve responder aos ditames da Constituição Federal e de um decreto federal é diferente de uma pesquisa acadêmica, em que se pode chegar – e frequentemente se chega – a resultados que revelam aspectos até então desconhecidos da realidade pesquisada e que podem vir a contrariar alguns pressupostos do projeto. Referência cultural era uma noção corrente no âmbito restrito do CNRC, que acredito ter migrado para os artigos 215 e 216 da Constituição em razão da participação de técnicos e pesquisadores que tinham esse *background* na elaboração de diversas versões de escritos que serviram de base ao texto constitucional. Passando a fazer parte da definição jurídica de patrimônio cultural, essa noção foi necessariamente adotada em nosso projeto, que visava, por definição, contribuir para a implementação desse dispositivo constitucional e do Decreto 3551 dele derivado. O nosso problema não era questionar, mas, por assim dizer, preencher empiricamente essa noção, dar-lhe contornos concretos e reconhecíveis. Começamos com uma certa ideia do que fosse referência cultural e terminamos com a mesma, o que não quer dizer que essa ideia não possa ou não deva vir a ser criticada e, eventualmente, abandonada ou substituída. Mas, por se tratar de um parâmetro da política pública para a qual pretendíamos contribuir, qualquer mudança no conceito implicaria na modificação das bases jurídicas dessa política no futuro. Simplesmente adotamos a noção que fazia parte do ideário do Iphan. Essa reflexão aponta mais uma peculiaridade desse tipo de projeto. Além das razões expostas anteriormente, ele não é um projeto acadêmico, também, por ser pautado por parâmetros normativos e gerar resultados consistentes com os princípios normativos que o geraram. Então, a ideia de referência cultural é amarrada a todo um contexto: não se tratava, nesse projeto, de criticá-la por si mesma e em si mesma, mas de adotá-la como parâmetro jurídico-administrativo da instituição, e gerar meios que permitissem o seu uso prático.

Pergunta

Passemos para uma questão de cunho mais metodológico. Nas instruções de utilização do Manual do INRC existem várias informações a respeito da proposta metodológica defendida pelo Inventário. Gostaríamos que o senhor falasse um pouco sobre essa proposta. Como poderíamos sintetizar essa metodologia de pesquisa? Como podemos definir a proposta metodológica do INRC? Quais são os recursos por ela utilizados? Seria um conjunto de técnicas e procedimentos que se baseiam em visitas exploratórias a campo, entrevistas, preenchimento de fichas? Como o senhor vê essa questão da metodologia?

Arantes

Como já disse, este foi um projeto *sui generis*. Ele não deve ser considerado como um trabalho de natureza etnográfica por todas as circunstâncias e parâmetros já mencionados. Mas também é preciso considerar que, em razão da natureza de seu objeto, não seria correto propor o uso de questionários com questões de múltipla escolha, como os utilizados em levantamentos censitários, por exemplo, que pudessem ser aplicados por equipes de entrevistadores rapidamente treinados.

O instrumento, como um todo, foi concebido a partir de duas noções. De um lado, a noção de totalidade no que diz respeito às práticas sociais focalizadas, no sentido maussiano do termo; e, de outro, a ideia de variação, ou seja, de que uma estrutura pode assumir diferentes configurações em diferentes contextos, sendo a ocorrência de variantes um princípio estrutural da realidade estudada, e os diversos fenômenos observados, concretizações possíveis desses mesmos princípios básicos. Essas ideias levaram, desde o início, a um duplo olhar: (1) para o fato selecionado e suas articulações com outras realidades integrantes do contexto social em que ocorre, no território onde é praticado, e (2) para as variações desse fenômeno observadas em outros territórios e em outros meios sociais abrangidos pelo levantamento.

Os inventários podem ser realizados com foco territorial ou temático. Para que não se percam as conexões de sentido dos fatos observados, prefiro a abordagem com ênfase territorial. Ao observar determinada prática, o pesquisador deve ser orientado a identificar as diversas conexões que articulam a outros aspectos da vida social do grupo considerado, dentro e – se for o caso – fora do território inicialmente delimitado e, além disso, aos processos históricos que o geraram. Mas é possível também desenvolver

um olhar comparativo, tendo como foco uma expressão cultural específica, como se fez no caso do Bumba-Meu-Boi, por exemplo.³⁹ Nunca trabalhei desse modo, mas admito que no caso dos inventários e para efeitos de salvaguarda seja também adequado registrar as variantes de um fenômeno – como, por exemplo, determinada expressão cultural como o samba – em diferentes meios sociais, em diferentes lugares, comparativamente.

É interessante lembrar, mais uma vez, que esta abordagem não responde a limites e parâmetros acadêmicos, exclusivamente; mas, além destes, a limites e parâmetros de ação – ou seja, práticos – e para a ação, ou seja, que se tornam normativos quando integrados à política pública a que deverão servir. Como toda práxis, as atividades profissionais dos antropólogos se inserem nas conjunturas históricas em que se realizam. Nesse sentido, as demandas e preocupações registradas nos termos de referência e, principalmente, o arcabouço jurídico-administrativo pertinente às ações que se pretende desenvolver tornam-se parâmetros dessa política e, nessa condição, tornam-se parâmetros dessa prática profissional. Trata-se, na verdade, de uma modalidade do que Roberto Cardoso de Oliveira (2004) designou como ‘antropologia prática’ e Jô Cardoso de Oliveira (2008) ‘práxis antropológica’. As condições de realização dessa práxis e os princípios éticos a ela inerentes sugerem a direção a ser seguida pelo antropólogo em campo. Esses princípios éticos subjazem às suas decisões e à orientação que dá às suas observações, e levam o pesquisador a interpretar as conexões de sentido da realidade observada, tal como elas se afiguram para o grupo com o qual está interagindo. Deste ponto de vista, a proposta do INRC pode ser considerada como uma atividade de natureza etnográfica. Mas, ao mesmo tempo, ela se desenvolve de modo peculiar, na medida em que, no limite, deverá servir à ação.

Pergunta

Inclusive essa é uma das nossas questões. Em entrevista concedida à Ana Carolina Rollemberg de Resende, o senhor afirma que “Nunca o INRC se pretendeu ser um modo de etnografia; pretendeu-se motivar o desenvolvimento de etnografias” (RESENDE, 2014, p. 44)⁴⁰. Essa questão é

39. O Complexo Cultural do Bumba-Meu-Boi do Maranhão foi registrado pelo Iphan como Patrimônio Cultural Brasileiro, em 2011.

40. Cf. Resende (2014).

fundamental. Nesse sentido, quais seriam as diferenças entre uma pesquisa realizada com a metodologia do INRC e uma “etnografia tradicional”?

Arantes

É a liberdade! É a liberdade! Tanto que sugeri que o inventário fosse complementado por iniciativas que estimulasse outros pesquisadores, com diferentes formações e em diferentes linguagens, a contribuir para a documentação das práticas identificadas em campo e que, para tanto, fossem instituídos incentivos para a produção de etnografias independentes sobre esses temas. O mesmo problema se coloca em relação aos registros audiovisuais. Essa é outra discussão complicada, porque o registro audiovisual produzido em um trabalho dessa natureza documenta as práticas que estão sendo inventariadas de modo a permitir que gestores e pesquisadores possam identificar, no futuro, transformações e realizar avaliações que respondam ao que é previsto no Decreto 3551.⁴¹ Por esse motivo, em se tratando de documentação oficial, esses registros fotográficos ou audiovisuais não devem ser, *stricto sensu*, trabalhos autorais, livres e independentes. Eles são registros de referência e, como tais, não devem ser realizados exclusivamente a partir de um olhar, enquadramento, preocupação, interesse, linguagem que sejam particulares ao artista que os realizou. Tal como ocorre em registros fotográficos do patrimônio arquitetônico, algumas informações básicas padronizadas devem ser contempladas. No INRC, a equipe fez algumas sugestões nesse sentido, mas não tenho certeza se são as melhores orientações, pois foram feitas antes que se tivesse acumulado experiência suficiente para avaliar a sua adequação às finalidades específicas a que deveriam servir. É um assunto que deveria merecer a atenção da Copedoc e dos gestores do arquivo do Iphan.

Essa é uma diferença. Quando o antropólogo, o pesquisador escreve uma monografia etnográfica, ele está realizando um trabalho autoral. Sua interpretação, que é construída em diálogo com os sujeitos de pesquisa e com os demais estudos existentes sobre temas relevantes, a partir dos parâmetros teórico-metodológicos próprios do meio acadêmico e regulados por ele, pertence ao pesquisador: é da responsabilidade de quem assina o trabalho.

41. Conforme estipula o Decreto 3551, a revalidação dos bens registrados é feita a “pelo menos a cada dez anos”, sendo encaminhada “ao Conselho Consultivo do Patrimônio Imaterial para decidir sobre a revalidação do título de ‘Patrimônio Cultural do Brasil’”. Cf. Decreto n. 3551/2000.

No caso do INRC, há trabalho de autor, também. Cada campo das fichas é um espaço a ser preenchido criativamente pelos pesquisadores a partir de fontes secundárias e de sua experiência em campo. Alguns itens – como, por exemplo, quando se demanda a descrição do bem identificado ou se indaga sobre a função dos componentes de uma celebração e seu significado para os participantes (tais como alimentos e bebidas, objetos e instrumentos, trajes e adereços, danças, músicas e orações, e assim por diante) – abrem espaço para que se produzam reflexões de cunho interpretativo. A produção desses pequenos textos é tarefa complexa, que requer familiaridade com escritos etnográficos e experiência no assunto. No projeto piloto, esses temas frequentemente foram objeto de discussão e os textos resultaram de um processo de criação coletiva, orientada de perto pelo supervisor. Consequentemente, o conteúdo dos levantamentos – ou seja, as informações produzidas a partir dos levantamentos bibliográficos e de campo, e sua interpretação – são da criação e responsabilidade de quem utiliza a metodologia; mas a metodologia, ela própria, é de autoria e responsabilidade de quem a criou, embora a sua propriedade, no aspecto patrimonial, seja de outrem, no caso o Iphan.⁴²

Essas são questões delicadas porque, com o correr do tempo e sendo essas obras executadas por instituições que não respondem por sua concepção – embora sejam autorizadas a fazê-lo por quem detém o seu direito de uso – o aspecto autoral tende a ser elidido, ele tende a desaparecer. Essa questão precisa ser mais bem resolvida, pois há muito descontentamento a esse respeito por parte da equipe que criou o INRC. Os pesquisadores prestaram serviços derivados de criação intelectual, e quem se aponta publicamente como autor é a instituição contratante! E quem, na instituição, responde tecnicamente pelo trabalho executado? Com que grau de responsabilidade? É preciso deixar claro que alguém responde por essas obras, pelo bem e pelo mal. Por essas razões, o pesquisador que aplica o INRC poderia ser interpretado como coautor, enquanto o etnógrafo acadêmico é autor no sentido pleno do termo, é criador e responsável pelo que escreve e, no mais das vezes, proprietário do que publica. Além disso, como já argumentei,

42. A utilização do INRC é regulada pela Instrução Normativa n. 001/2009 - Autorização de uso do INRC, datada de 02 de março de 2009.

diferentemente de uma etnografia, o INRC serve a fins práticos. Não visa exclusivamente ao conhecimento, mas ao conhecimento para aplicação do disposto no Decreto 3551.

Pergunta

Outra questão que gostaríamos de discutir diz respeito à participação de antropólogos ou cientistas sociais nessas pesquisas. Como essa relação acontece? Uma vez que não se trata de uma etnografia tradicional e é preciso seguir uma série de indicações que estão postas pelas fichas, qual é o papel desse especialista no processo? Via de regra, reponta certo queixume dos pesquisadores quando trabalham com a metodologia: “Ah, tem que encaixar a informação em determinada ficha, e às vezes ela extrapola, não se adequa às categorias do Inventário...”.

Arantes

Conforme recomendamos no Capítulo 3 da *Metodologia*, os trabalhos devem ser realizados por uma equipe que inclua técnicos e pesquisadores formados em Ciências Sociais (em especial Antropologia), História e áreas afins, com conhecimento das questões relevantes à problemática do patrimônio cultural, além dos habitantes das localidades onde se realizam os inventários. O nosso entendimento é que essas equipes sejam coordenadas por um supervisor com perfil, por exemplo, semelhante ao dos egressos do PEP, ou seja, um bacharel em uma dessas áreas de conhecimento que tenha desenvolvido pelo menos um projeto próprio, algum estudo que seja relevante do ponto de vista da temática do patrimônio, preferivelmente relativo ao patrimônio imaterial.

Essa exigência deve-se ao fato de que o planejamento dos trabalhos em campo, assim como a formação e treinamento das equipes locais, variará de uma localidade para outra. O coordenador deve ser capaz de equacionar as questões práticas e técnicas decorrentes da diversidade de situações em que os levantamentos são realizados e de fato conduzir o trabalho em equipe de forma compatível com as decisões tomadas pelos supervisores de outros projetos. Isso é necessário para que o levantamento realizado em uma localidade seja consistente com os demais. Por esse motivo, os coordenadores dos projetos, ou supervisores das equipes de campo, devem

observar parâmetros estabelecidos de comum acordo para que haja um grau suficiente de uniformidade entre os resultados dos diversos projetos.

Além disso, as fichas são roteiros com campos bastante amplos quanto ao assunto, e flexíveis quanto à abordagem. Cabe aos pesquisadores elaborar as fichas de campo e ao coordenador reconstruir, com eles, os relatos sintéticos que comporão a ficha de identificação de cada elemento cultural inventariado. Nos dois tipos de fichas ocorrem temas e problemas que não são do senso comum; de fato, elas frequentemente requerem familiaridade com a escrita etnográfica e o conhecimento de questões teóricas e metodológicas da antropologia. Cabe ao coordenador de cada equipe equacionar essas questões e conduzir os trabalhos de tal modo que as fichas de identificação estejam praticamente concluídas ao final das atividades em campo devendo, depois disso, apenas passar por pequenos ajustes e revisão final da redação. É recomendável resolver todas as dúvidas e inconsistências fatuais em campo, antes do término dessa etapa. Por todas essas razões, a autoria dos inventários é uma questão complexa. Ela envolve (1) a criação dos instrumentos e procedimentos de investigação, denominados Metodologia de Inventário de Referências Culturais, cujos direitos patrimoniais pertencem ao Iphan, mas cuja autoria deve ser atribuída à empresa de consultoria Andrade e Arantes e à equipe já mencionada que a desenvolveu por contrato, em projeto concluído em 2000; e (2) a produção dos diversos levantamentos, cuja autoria e responsabilidade devem ser atribuídas às equipes participantes de cada projeto. Pode-se considerar, assim, que todo relatório de inventário que siga esta metodologia é trabalho em coautoria, em que o enquadramento dos objetos e os parâmetros que orientam sua reconstituição textual e documental são estabelecidos de antemão e padronizados. Essa padronização é necessária para que os resultados sejam comparáveis e possam eventualmente ser migrados para a mesma base de dados, que no nosso entender seria uma versão possível do pretendido 'inventário nacional'. Neste caso, é uma condição inescapável a esses levantamentos que as fichas estabeleçam limites ao exercício pleno da criatividade intelectual, uma vez que eles atendem a objetivos institucionais. Vale lembrar, entretanto, que em cada ficha há espaço para a inserção de informações catalográficas sobre trabalhos autorais dos próprios pesquisadores ou de terceiros, que sejam relevantes à identificação do elemento cultural inventariado.

Além disso, é importante enfatizar um aspecto por vezes pouco valorizado dos inventários, que é a construção da chamada ‘ficha de sítio’. Talvez não se dê tanta importância a este quesito da metodologia nos chamados ‘inventários temáticos’, que podem ser realizados em mais de uma localidade. O objetivo dessa ficha é permitir a contextualização dos levantamentos, no tempo/espaço – em termos históricos, socioeconômicos, demográficos e ambientais – e estimular a reflexão dos pesquisadores sobre o sentido dos processos em curso na localidade ou região, assim como a avaliação dos possíveis impactos diretos ou indiretos desses processos sobre as condições de vida da população e a continuidade das práticas sociais inventariadas. Este se torna um aspecto crucial do trabalho, quando consideramos sua importância para a implementação de políticas de salvaguarda. Este esforço de contextualização contribui para antecipar riscos, pode apontar para a necessidade de mitigação de situações desfavoráveis e orientar sobre as condições necessárias à salvaguarda. Evidentemente, orientações dessa natureza demandam dos pesquisadores a realização de análises elaboradas de conjuntos complexos de dados, ou seja, trabalho atento, criativo e competente de interpretação.

Pergunta

Em um balanço geral, é possível constatar uma mudança de ênfase nos inventários: inicialmente a dimensão territorial era privilegiada, aos poucos, ela perde espaço em relação a inventários temáticos. Parece que o momento de uma cartografia cultural mais geral ficou para trás e passou-se a priorizar inventários temáticos. O senhor já comentou que não acha produtiva a ênfase na dimensão temática. Essa guinada é positiva ou negativa?

Arantes

Não sei. Eu acho que ele responde a uma demanda real e, portanto, é uma questão a se pensar. Penso que responde a uma demanda legítima que, por sua vez, se liga a um dispositivo da Constituição, pois o artigo 216 afirma que constituem patrimônio cultural brasileiro as referências culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira. Os grupos formadores da sociedade brasileira são inúmeros, ou melhor dizendo, incontáveis: não são entidades passíveis de enumeração exaustiva. Entendo que as realidades a que se refere o texto constitucional manifestam-se concretamente nos

movimentos sociais e nas diversas comunidades que se identificam simbolicamente, seja através de reivindicações e/ou de práticas emblemáticas. Assim, as manifestações que ganham destaque, de certa maneira, pautam o trabalho institucional.

É por isso que reafirmo: a identificação para registro é uma coisa, a varredura para a elaboração de políticas é outra coisa. Essa varredura (ou inventário se quiserem usar o termo) ajuda inclusive a avaliar o sentido, positivo ou negativo, do interesse de algum político no registro de determinada atividade, pois, sem levar em conta o quadro geral em que determinado elemento cultural ocorre, a decisão de registrá-lo ou não se torna totalmente casuística. E o que ajuda a neutralizar isso? É o conhecimento do universo em que o elemento considerado se insere, ainda que seja um conhecimento relativamente superficial ou incompleto. A diferença entre o registro e o inventário, que precisa ser melhor tematizada, talvez ajude a esclarecer essa questão. Parece-me que o INRC está sendo utilizado para orientar a instrução de processos de registro. Mas nem tudo que é inventariado é registrado, obviamente.

Pergunta

É um universo muito maior de bens.

Arantes

Muito maior. Quais são os limites desse universo maior e quais são as hipóteses ou as demandas que devem iluminar, legitimamente, esse conjunto menor, a ser registrado? Quais critérios levam a privilegiar esse ou aquele elemento cultural, essa ou aquela ocorrência, este ou aquele grupo. São vários níveis a considerar.

Pergunta

É a mesma impressão que temos: parece-nos que o inventário tem sido usado de maneira dirigida para levantamento de informações a respeito de um bem ou de uma manifestação que se pretende registrar. Para produzir conhecimento e subsidiar o registro.

Arantes

Mas você concorda que isso não é um inventário? O que é um inventário? Um inventário dos objetos que estão nesta sala – quadros, cadeiras – é uma listagem, uma enumeração exaustiva, segundo determinado critério: quantos e quais são esses quadros, quantas e quais são as cadeiras, de que cor e de que tipo. Não se pode ir a campo com atitude de deslumbramento: ‘Ah, olha aquele objeto! Aquilo é interessante! Veja esta festa, está precisando de apoio; precisa ser salvaguardada!’

A questão é: o que precisamos saber a respeito de determinada prática social para apoiar a sua continuidade, se for esse o interesse de seus detentores ou praticantes. Isso para mim é mais claro hoje do que há 15 anos. Essa distinção é essencial. Inclusive para responder à questão levantada há pouco: o que se faz com tantas informações? Para que servem todas essas informações produzidas pelos inventários? Se a instituição não tiver uma resposta clara a essa pergunta, a atividade de inventariação torna-se um desperdício enorme de recursos financeiros, de tempo, de inteligência, de criatividade. Leva a se produzir uma massa de dados de pouca utilidade do ponto de vista da salvaguarda, que é o objetivo desta política.

O trabalho que realizei em Moçambique foi muito mais voltado, em primeiro lugar, para a ideia de varredura, de levantamento geral; e, além disso, para as reais necessidades de salvaguarda. O resultado do inventário de Moçambique é bastante mais detalhado sobre o que deve ser feito, como fazer, se determinado elemento cultural deve ser indicado para inclusão nas listas da Unesco, ou não. No projeto piloto realizado na Ilha de Moçambique questionava-se: quais são os instrumentos de salvaguarda disponíveis? Alguma situação observada em campo se enquadra nesses instrumentos? Elas exigem a construção de novos instrumentos? Pode-se contribuir para a salvaguarda sem utilizar instrumentos específicos, mas indiretamente, atuando nas escolas, nos postos de saúde? Lá, a metodologia que criamos é muito mais voltada para esse tipo de questões. Hoje, penso que o INRC ficou muito pesado. Foi a melhor resposta que pudemos dar às inúmeras demandas do Iphan naquela época, mas com certeza é preciso pensar numa nova versão, criar o INRC 2.0. Eu estava falando sobre a diferença entre registro e inventário, para que serve o inventário, em que medida ele contribui para o registro. O que pertence ao inventário e o que pertence ao registro. Acho que no INRC, tal como foi formulado, não há uma distinção

clara entre essas duas dimensões.

Pergunta

Achamos que essa mudança também é decorrência dos usos políticos a que os registros são submetidos, ao instaurar relações e compromissos entre instâncias oficiais e os detentores. Nesse sentido, o registro ganhou uma certa força, ficando à reboque desse uso instrumental e um pouco distorcido.

Arantes

O uso é distorcido, mas, ao mesmo tempo, faz parte do contexto em que as políticas de salvaguarda são desenvolvidas. É de se lamentar que a realidade seja assim. Porque a consequência disso é que chega aos órgãos de preservação o que se destaca na esfera pública. Este é um problema porque, evidentemente, o olhar do pesquisador é muito mais abrangente; ele identifica não apenas o que brilha na esfera pública. Agora, é um problema que não atinge só o patrimônio imaterial. Se vocês pensarem nos tombamentos, hoje nem tanto, mas há algum tempo eles focalizavam os grandes monumentos escolhidos segundo os interesses de uma “minorias esclarecida”. Os conjuntos arquitetônicos eram levados em consideração, em geral, como suportes do monumento; o casario como um suporte da igreja, por assim dizer. As políticas de patrimônio precisam superar esse estado de coisas. Mas no que isso implica? Essa superação não depende só de nós, técnicos e pesquisadores, mas também das circunstâncias políticas em que atuamos. Ela depende, sobretudo, do valor que se atribui ao que deve ser protegido.

Quando preparamos a candidatura do samba para a Proclamação das Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade⁴³, foi preciso abordar a questão da salvaguarda, como política pública, frente ao valor

43. De acordo com o Dossiê de Registro do Samba de Roda do Recôncavo Baiano, a expressão é “uma manifestação musical, coreográfica, poética e festiva, presente em todo o estado da Bahia, mas muito particularmente na região do Recôncavo. Em sua definição mínima constitui-se da reunião, que pode ser fixada no calendário ou não, de grupo de pessoas para performance de um repertório musical e coreográfico.” (IPHAN 2006b: 23). Suas características, em linhas gerais, são: disposição dos participantes em círculo; presença possível de instrumentos musicais membranofones idiofones e cordofones; cantos estróficos e silábicos em língua portuguesa, de caráter responsorial e repetitivo; coreografia, sempre feita dentro da roda, pode ser muito variada, sendo seu gesto mais típico o miudinho; pode acontecer dentro de casa ou ao ar livre, em um bar, uma praça ou um terreiro de candomblé. O samba de roda foi registrado no dia 5 de outubro de 2004 no Livro das Formas de Expressão e, em 2005, foi declarado pelo Unesco como obra-prima do patrimônio imaterial da humanidade.

atribuído a determinadas práticas e à sua visibilidade. É claro que o samba é uma expressão cultural emblemática dos brasileiros, mas desde logo se questionou: que samba? Qual das suas modalidades? Praticado por quem? Naquela época, havia – pelo menos entre nós, no Iphan e no MinC – o entendimento de que o elemento cultural a ser proposto a esse programa deveria estar, se não em situação de risco, pelo menos fragilizado, realmente necessitando de salvaguarda. Não se tratava de utilizar a máquina pública para festejar a indústria cultural, miçangas, plumas e paetês. Assim, chegamos ao samba de roda do Recôncavo. O etnomusicólogo Carlos Sandroni produziu um belo dossiê⁴⁴. Mas, nesse processo, o que aconteceu? Vieram as escolas de samba bater à minha porta lá em Brasília: “Dr. Arantes, ouvi dizer que o samba da Bahia vai ser proposto para a Proclamação das Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade. O samba nasceu na Bahia, mas ele vive no Rio de Janeiro. Como é que nós ficamos?” Foi um processo muito interessante, que acabou levando ao registro, pelo Iphan, das matrizes do samba carioca⁴⁵. Foi interessante, porque permitiu que nós entendêssemos melhor o sentido do registro e fôssemos buscar, por trás das plumas e paetês, aquilo que seria uma dimensão patrimonializável do samba carioca, que são as matrizes de suas criações coreográficas e musicais. Depois do samba veio o jongo, do jongo à capoeira e assim por diante. São *flashes* não necessariamente interligados da realidade cultural do país, que vão pululando, multiplicando-se. Ganham a cena pública e explicitam demandas de reconhecimento, consagração e salvaguarda. Será preciso um inventário para administrar essa realidade? Talvez sim, talvez não. Inventários são instrumentos criados pela tradição preservacionista na área dos bens móveis e arquitetônicos que migraram para salvaguarda de bens intangíveis. Sua utilização deixa muito a desejar nesta nova área das políticas de patrimônio. Mesmo a convenção da Unesco é cautelosa a esse respeito. Ela não fornece diretrizes gerais a serem seguidas pelos diversos estados-partes, mas afirma que os países devem produzir um ou mais inventários, cada um à sua maneira, mas estabelece que os elementos culturais a serem propostos para as listas devem ser selecionados a partir de inventários.

O inventário pode ser útil como diagnóstico. Se for assim, no caso do

44. Iphan, 2006b.

45. As matrizes do samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba-enredo foram registradas como Patrimônio Cultural Brasileiro em 2007.

Brasil, seria necessária uma reformulação de toda a abordagem, e a construção de um instrumento mais leve, que permitisse identificar elementos que necessitem de salvaguarda e fornecesse pistas de como fazê-lo. O INRC foi pensado quando não havia nada além de um decreto vago, ideias esboçadas a partir da experiência anterior do CNRC, algumas tentativas, mas nada que explicitasse claramente os objetivos e limites dessa política. Hoje temos 15 anos de estrada e o Registro é um instrumento conhecido por muita gente. Menos do que desejaríamos, mas é bem conhecido. Além desse instrumento federal, também foram criados instrumentos de salvaguarda em nível estadual, municipal... Então, esta área da preservação já é uma realidade. O INRC ajudou a construir essa realidade; foi um passo na construção dessa política que avançou muito, nacional e internacionalmente. Mas, perante as demandas atuais, ele ficou um pouco inadequado. Por isso penso que está na hora de criar uma versão 2.0.

Pergunta

Uma dúvida em torno da categoria “Saberes”. Houve, inicialmente, toda uma discussão em torno da pertinência do termo. Ao final optou-se pela categoria Ofícios e Modos de Fazer. Na dissertação da Ana Carolina Rollemberg Resende, já citada, o senhor afirma que essa opção pelos ofícios e modos de saber acabou por excluir, na descrição das fichas, as cosmologias e os sistemas divinatórios.

Arantes

Porque a abordagem era outra, não é?!

Pergunta

Em que medida essa opção pelos Ofícios e Modos de Fazer limita uma descrição etnográfica/antropológica?

Arantes

Acho que, de novo, é importante diferenciar um inventário de uma pesquisa antropológica, etnográfica. Numa etnografia, o estudo de modos de conhecimentos não é dissociado do estudo de práticas especializadas; o conhecimento destas práticas se faz em conexão com reflexões sobre cosmologia, organização social etc. Em um estudo etnográfico, o interesse por essas conexões acarreta

a ampliação do recorte dos objetos e o aprofundamento das observações. No caso do inventário, que é um instrumento que afunila a observação, o foco mais fechado pode diminuir a percepção dos sentidos dos objetos inventariados; as conexões de sentido ficam fragilizadas. Mas, por outro lado, talvez as realidades abarcadas pela expressão Ofícios e Modos de Fazer sejam mais adequadas quando se pensa em termos de políticas de salvaguarda.

Pergunta

Ao definir a base conceitual do INRC na introdução ao Manual, o senhor lança mão de noções e conceitos tomados tanto da linguística como da antropologia. No caso desta última, ao se perguntar como deve se proceder em campo, “como identificar sistematicamente os componentes de uma realidade fluida, dinâmica, e não diretamente observável, estamos aqui falando de valores e significações enraizadas nas práticas sociais”, o senhor propõe que a investigação se limite a aspectos da vida social imediatamente reconhecíveis. Cita, em nota, que esse partido teórico teria sido inspirado na obra de Bronislaw Malinowski, único autor citado expressamente no texto. Gostaríamos que o senhor explicasse um pouco mais essa influência, principalmente no que diz respeito ao conceito de unidades concretas de comportamento organizado.

Arantes

Temos aqui um problema complexo, pois esta metodologia pretendeu respeitar alguns parâmetros básicos do conhecimento antropológico, mas foi concebida para ser usada amplamente, não apenas por antropólogos. Refletindo sobre essa questão lembrei-me dos cursos de introdução à antropologia, em que se procura transmitir a iniciantes esse modo de conhecimento em termos que façam sentido ao senso comum, e me ocorreram duas ideias. Imaginei que a noção malinowskiana de ‘unidade concreta de comportamento organizado’ seria a que melhor descreveria, em termos abstratos, os objetos a serem identificados nesses levantamentos.⁴⁶ Além disso, lembrando

46. Em *O que é cultura popular*, Arantes já chamava a atenção para as possibilidades e potencialidade analítica do conceito de instituição social tal como formulado pelo antropólogo polonês: “A possibilidade de delimitar, reconstituir e interpretar os processos sociais e os itens culturais não a partir de critérios abstratos e gerais, produzidos pela visão de mundo do observador, mas com critérios inferidos a partir da realidade estudada, encontra-se justamente no conceito malinowskiano de ‘instituição social’. Este é compreendido como unidade concreta de comportamento organizado,

também das lições de Marcel Mauss, pensei que deveríamos nos esforçar para não perder de vista as múltiplas dimensões dessas realidades, inclusive a sua ancoragem psicossocial entre os que as consideram emblemáticas de suas identidades. Tudo isso me levou de volta ao que Malinowski designou como instituição social, cujo exemplo clássico é o *kula*. Achei que essa analogia poderia oferecer um parâmetro interessante para o enquadramento das chamadas referências culturais em campo, ou seja, no concreto.

Além do mais, considerei que os elementos culturais a serem identificados deveriam permitir a comunicação entre pesquisadores e agentes sociais. Estávamos procurando identificar e delimitar práticas sociais em diálogo com os agentes sociais. Buscávamos realidades que fossem visíveis para eles e para nós, de fora. Lembro-me que citei o exemplo do *mutirão* no texto de apresentação dessa proposta metodológica. O *mutirão* é um conceito nativo. Embora não caiba, evidentemente, aos entrevistados, interpretarem sociologicamente a realidade recoberta por esse termo, ele é assunto de conversa, de disputa, recobre formas específicas de cooperação, ou seja, se o entrevistador indagar a respeito dessa prática, o entrevistado saberá exatamente a respeito do que ele está falando. A noção que melhor descrevia, para mim, o objeto desses inventários era, então, o de ‘instituição social’, no sentido malinowskiano do termo. Tais unidades concretas de comportamento organizado, neste contexto, podem ser interpretadas como signos que permitem diálogos interculturais, particularmente aqueles que fazem parte da dimensão pública da vida social e são apresentados pelos próprios agentes como sendo representações de si.

Em um trabalho mais recente, eu me referi ao exemplo da festa de São Sebastião, em Trancoso.⁴⁷ Nesse caso, fica claro outro aspecto dessas realidades de ‘valor patrimonial’, se se quiser usar o termo. Tornou-se mais claro para mim que, no contexto dos inventários, essas práticas referenciais

implicando um sistema de atividades intencionais, desenvolvidas por grupos de pessoas organizadas segundo princípios de autoridade, divisão de atribuições e distribuição de privilégios e deveres, e baseadas em habilidades, normas e preceitos éticos. Assim, uma ‘instituição’ possui uma estrutura e é, ao mesmo tempo, uma unidade concreta de atividade social que, embora não sendo diretamente observável, pode ser reconstituída pelo observador a partir das regularidades de comportamento observadas e a partir de suas funções” (ARANTES, 1982b, p. 38). Sobre o conceito, ver Malinowski (1962) e (1978). Para uma apreciação crítica e sistemática da obra do antropólogo, ver Durham (1978).
47. Cf. Arantes (2007).

são signos emblemáticos, com os quais os grupos sociais expõem e encenam publicamente suas identidades, explicitando diferenças. E mais, que a salvaguarda diz respeito à dimensão da pública cultura, realidades que os grupos sociais explicitam e, de certo modo, ostentam, marcando simbolicamente diferenças indicativas de suas identidades. Ela diz respeito a práticas que tanto marcam diferenças quanto permitem diálogos interculturais, e que são reconhecíveis desde fora sem muito esforço, independentemente do treino ou formação do observador. Os inventários participativos, nos quais se compartilha com os sujeitos a reconstrução discursiva dessas realidades, dependem de que se encontrem essas conexões. E quando isso ocorre, a colaboração pode ser uma experiência humana muito rica.

O projeto que desenvolvemos para elaboração da metodologia do INRC foi fantástico, desse ponto de vista. Nós, professores e estudantes, voltamos com uma nova visão acerca da relação entre o conhecimento acadêmico e a dinâmica social que usualmente observamos e interpretamos. Essa experiência em antropologia prática tornou claro para mim que, com frequência, tendemos a fetichizar nossa atividade, considerando-a produtora de uma forma de conhecimento que só faz sentido para nós mesmos, os iniciados. Ela nos mostrou que nem sempre é esse o caso, pois isso depende: depende do que estamos escrevendo, depende com quem estamos argumentando e, sobretudo, de como expressamos nossa própria compreensão da realidade. Interpretações de fatos sociais que sejam plausíveis para antropólogos também deveriam ser, em princípio, para os sujeitos que os vivenciam. Em se tratando de antropologia prática, ela só se completa se o conhecimento construído pelos pesquisadores for compartilhado com os integrantes do grupo social estudado e aceito por ele, pois é ele o público-alvo da política que se pretende construir. É muito interessante, também, nesse trabalho participativo, a descoberta, pelas pessoas, de que a sua realidade imediata interessa a um segmento social muito mais amplo. No caso do nosso projeto piloto, que foi realizado na Costa do Descobrimento, foi uma surpresa para muitos que Pedro Álvares Cabral tivesse aportado ali perto as caravelas de sua expedição, nas praias e mangues que frequentam, hoje apinhadas de turistas. Nas escolas, muitas crianças não se davam conta de que o descobrimento do Brasil fosse um episódio da história ocorrido próximo do local onde vivem. Esse encontro

de pontos de identificação entre a experiência local e temas de interesse geral, entre o presente vivido e o passado histórico compartilhado, é uma dimensão importante do processo de construção da cidadania, derivada do fortalecimento de sentidos e sentimentos de pertencimento. Esse processo pode ser desencadeado pelo inventário, situação em que o antropólogo é um mediador, senão agente da política pública. Pode ser uma experiência de inclusão, ainda que limitada à situação de pesquisa de campo. Quando nossos entrevistados se davam conta de que a sua experiência de vida interessava a mais gente, que a sua realidade fazia parte de um mundo maior, essa era uma descoberta importante. As histórias começavam a jorrar; eram noites de conversas. Muitas histórias vêm à tona, na lembrança e imaginação.

Pergunta

Após 15 anos de existência, a metodologia do INRC continua sendo o instrumento mais importante de identificação de bens imateriais no Brasil. Para finalizar, gostaríamos que o senhor refletisse um pouco sobre um novo cenário de utilização do INRC nesse período, além de uma possível reformulação do instrumento.

Arantes

Durante a nossa entrevista, acho que eu toquei em alguns pontos importantes que se encaminham nesse sentido. Em primeiro lugar, acho que é necessário avaliar, evidentemente, a experiência acumulada, tanto positiva quanto negativamente.

Pergunta

Quais seriam as questões mais urgentes?

Arantes

Uma questão urgente diz respeito à diferença entre inventário e registro. Para o que serve um inventário, efetivamente? Quais são a extensão e a profundidade desejáveis das informações reunidas? O que se espera de um inventário? Que relação há entre um inventário e a instrução de um processo de registro? Outra é: como aumentar a participação da comunidade no inventário? Como tornar o inventário mais sensível às realidades que

ele pretende registrar? E como fortalecer a presença dos sujeitos na sua realização? Quer dizer, como tornar o inventário menos uma atividade de pesquisa e mais uma expressão da mobilização. Eu acho que a questão é tornar o instrumento mais leve e mais sensível. Ele é um pouco pesado; olhando em retrospecto, até mesmo depois da experiência em outro país, acho que ele poderia ser mais leve, mais sensível.

Pergunta

Em que termos?

Arantes

Eu teria que pensar. Afirmar há pouco que é preciso fazer uma opção entre a extensão e a profundidade. Não se pode fazer, ao mesmo tempo, um mapeamento extenso, completo, rápido e de baixo custo. Isso não é possível. Alguma dimensão terá que ser sacrificada. O que vamos querer sacrificar, e por quê? Acho que, de certa maneira, essas questões se colocam para o INRC. O que está claro para mim hoje, depois de tantos anos, é que a quantidade de perguntas, de detalhes, é excessiva. As fichas são uma solução que considero aceitável à demanda do Iphan, tanto que assinei como responsável técnico pelo trabalho. Mas, se tivesse desenvolvido o projeto de forma independente, teria feito de outra forma, mais horizontal, em menor profundidade.

Pergunta

Obrigado pela entrevista, professor.

Arantes

Sou eu que agradeço a atenção que dedicaram a esse projeto e o cuidado com que conduziram e enriqueceram esta entrevista. Faço isso em meu nome, no de Marília de Andrade e no de toda a equipe: Álvaro D'Antona, Daniela Kuperman, Fernanda Lara Rezende, Junia Mehluns, Pedro Okabayashi, Manuel da Conceição Vieira, Marcelo Nahuz e Simone Frangella.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antonio Augusto. *O trabalho e a fala* (estudo antropológico sobre os folhetos de cordel). Campinas: Editora Kairós/Funcamp, 1982.

- _____. *O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1982. Coleção Primeiros Passos.
- _____. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000.
- _____. Landscapes of history: contemporary challenges to the conservation of historicity in heritage sites. *Historic environment*. Australia, ICOMOS, Victoria, vol. 23, n. 1, p. 22-28, 2000.
- _____. Patrimônio imaterial e referências culturais. *Revista Tempo Brasileiro - Patrimônio Imaterial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Vol. 147, p.129-140, 2001.
- _____. Diversity, heritage and cultural politics. *Theory Culture & Society: Annual Review*, Londres, vol. 24, n. 7-8, p. 290-296, 2007.
- _____. Landscapes of history: contemporary challenges to the conservation of historicity in heritage sites. *Historic environment*. Australia ICOMOS. Victoria, v. 23, n.1, 2010. p. 22-28.
- ARANTES, Antonio Augusto; TORRES, Lilian de Luca. Entrevista: Antônio Augusto Arantes. *Ponto URBE*. Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP. São Paulo, n. 3, 2008. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/1804>. Acesso em 25 set. 2015.
- ARANTES, Antonio Augusto; LABATE, Bia; GOLDSTEIN, Ilana. A preservação do intangível. *Revista Trópico*. Disponível em: <http://www.revistatropico.com.br>. Acesso em 28 mai. 2009.
- ARANTES, Antonio Augusto; MATTHES, Luiz A. F.; BERTINATO, Wania L.V. Patrimônio em Campinas: a criação do CONDEPACC e as primeiras Resoluções de Tombamento. *Revista CPC*, São Paulo, n. 14, p.139-168, out. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/45360/48972>. Acesso em 25 set.2015.
- ARANTES, Antonio Augusto; CAMPOS, Y. Entrevista com Antonio A. Arantes: quem fala, não é apenas porta-voz, mas intérprete. *Proposições para o patrimônio cultural*. Juiz de Fora: Funalfa, 2014. p.101-131.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (Org.) *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Brasília/Niterói: ABA/EdUFF, 2004. p. 21-32.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Jô. A práxis da mediação cultural. In: SILVA, Gláucia (Org.) *Antropologia extramuros*. Brasília: ABA/Paralelo 15, 2008. p. 23-28.
- CENTRO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS – CNRC. *Projeto de Levantamento Ecológico e Cultural da Região das Lagoas Mundaú e Manguaba*. Maceió, vol. 1, 1977.
- DECRETO 3551/200. In: CURY, Isabelle (Org.) *Cartas patrimoniais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. *A reconstrução da realidade: um estudo da obra etnográfica de Bronislaw Malinowski*. São Paulo: Ática, 1978.
- FRANGELLA, Simone. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2010.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-Iphan, 2005.
- IPHAN. *Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação*. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Iphan, 2000.

_____. *O registro do patrimônio imaterial – dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*, 2006a.

_____. *Dossiê do Samba de Roda do Recôncavo Baiano*, 2006b.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

MAGALHÃES, Aloísio. *E o triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

_____. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural 1978. (Coleção Os Pensadores),

OLIVEIRA, Marcelo Augusto Nahuz de. *Avenida Paulista: a produção contemporânea de uma paisagem de poder*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Departamento de Antropologia Social, Unicamp, Campinas, 1988.

PINHO, Osmundo Santos de Araújo. *Descentrando o Pelô: Narrativas, Territórios e Desigualdades no Centro Histórico de Salvador*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Departamento de Antropologia Social, Unicamp, Campinas, 1996.

_____. *O mundo negro: sócio-anthropologia da reafricanização em Salvador*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Departamento de Antropologia Social, Unicamp, Campinas, 2003.

PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)/Ministério da Educação, 1980.

REGO, André Gondim do. *Uma aldeia diferenciada: conflitos e sua administração em Coroa Vermelha/BA*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia (DAN), Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2012.

RESENDE, Ana Carolina Rollemberg de. *O ofício da patrimonialização: a identificação, a valorização dos saberes e o INRC*. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) – Programa de Especialização em Patrimônio-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

RUBINO, Silvana Barbosa. *As fachadas da história: as origens, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1936-1967*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Departamento de Antropologia Social, Unicamp, Campinas, 1992.

_____. *Rotas da modernidade: trajetória, campo e história na atuação de Lina Bo Bardi, 1947-1968*. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH/Departamento de Antropologia Social, Unicamp, Campinas, 2002.

UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial* In: CURY, Isabelle (Org.). *Cartas patrimoniais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004. p. 371-190.